

# VIII

## PROFESSORAS INTELLECTUAIS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA

*Cristiane Batista da Silva Santos*

### **Introdução**

Este capítulo discute a trajetória de professoras negras na História da Educação da Bahia. Para isto, problematiza-se diferentes marcadores sociais como gênero, raça, etnia e classe social imbricados com a educação. Objetiva-se deslindar as trajetórias de professoras pretas e como a partir da atuação destas outras podem ser mapeadas na imprensa.

A pesquisa foi realizada no campo da História da Educação, tendo como baliza temporal a segunda metade do século XIX e a Primeira República entre Salvador e Ilhéus. Recorreu-se a fontes variadas onde as trajetórias das professoras puderam ser mapeadas em fotografias, impressos, jornais, Relatórios e Falas Oficiais do Presidente da Província e escritos memorialísticos. Através da metodologia indiciária associaram-se pelos sobrenomes, redes de sociabilidades e parentescos identificando as professoras “de côr” que protagonizavam lugares de distinção social sem, no entanto, nenhuma menção às suas características étnicas. Os resultados apontam para existência de uma rede de professoras negras intelectuais invisibilizadas na História da Educação.

Era o dia dezessete de janeiro de 1922 quando o Correio da Tarde de Ilhéus noticiou, com alegria, a criação de uma Escola para Menores. Na matéria completa nomes masculinos são exaltados ao passo que o da professora Edith Carteado a coloca como a coadjuvante.<sup>1</sup>

Elas eram baianas, crioulas, filhas de africanos e de pele preta retinta. Nasceram em épocas diferentes da escravidão. Claudemira Dias e Edith Carteado no último quartel do século XIX. Em diferentes espaços e décadas criaram casas de acolhimento para crianças desvalidas e pobres de maioria negra. Desviaram-se do destino esperado às mulheres de sua cor, na Bahia, que as associava ao serviço doméstico. Afinal, assevera Gomes (2019), a instituição escolar tem grande responsabilidade na educação no que diz respeito à constituição do gênero.

Estas duas mulheres foram professoras, formadas na Escola Normal, como Claudemira, ou no Ensino Superior, bacharela em Letras, como Edith, que se formara na capital. Relegadas ao silêncio da historiografia, suas trajetórias oferecem ricas análises de gênero, raça e classe na História da Educação no que concerne ao magistério brasileiro de fins do século XIX e início do XX em Salvador e Ilhéus<sup>2</sup>.

Após duas décadas da LDB ter sido alterada pela Lei n. 10.639/2003 e mesmo a História Social estar par e passo com a da escravidão alavancado uma historiografia regional,

---

<sup>1</sup> CEDOC, Diário da Tarde de Ilhéus, 17 de janeiro de 1922.

<sup>2</sup> Este texto discute resultados de pesquisa no GRUPPHED - Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação, na linha que estuda a População negra na Bahia: História da Educação e Ensino de História.

a da educação e a participação dos sujeitos não brancos nesta parecem repousar à espera da revolução epistemológica, a inversão decolonial junto com as questões raciais. Ambas, a racialização e a História da Educação receberam mal interpretação ou aquilo que ousou chamar de “racismo curricular”, a intencionalidade do silêncio irônico como forma de apagamento ante o fetiche das grandes histórias, das trajetórias espetaculares masculinas e brancas e dos achados quase inacreditáveis da história política e econômica regional. Sem esta provocação não se inicia uma construção de outras narrativas com protagonismos ignorados.

A discussão encetada neste capítulo insere-se na renovação historiográfica que se deu no campo da História da Educação a partir da década de 1990 do século XX, destacando-se Fonseca, (2002; 2016) e Sousa (2007). A ideia da indissociabilidade entre educação e escravidão é já uma questão superada e a presente reflexão dialoga com esta afirmação. Trata-se da apresentação de um mapeamento de pesquisa sobre as trajetórias de professoras de cor atuando no Império e República na Bahia. Afastando as confusões sobre a sinonímia de negra/preta/parda e, portanto, naturalmente “escrava iletrada”, destacam-se aqui professoras negras oriundas da sociedade escravista que subverteram a lógica senhorial utilizando-se de códigos letrados, atuando nos diversos espaços escolarizados.

A ausência da cor das professoras na Bahia Imperial e Republicana é indicativa de um dilema racial em que a cor serviria para qualificar ou desqualificar. Mas no que tange às mulheres, havia o complicador do gênero. Neste jogo de esconder e mostrar, as fontes, como os Jornais e Relatórios do Governo, identificavam mulheres como pretas quando fossem convenientes à narrativa, se escravizadas, a cor era citada na compra, venda ou fuga. Se libertas eram as supostas autoras de desordens e a cor delas citadas nas prisões, como característica perversa herdada da escravidão. Quando o destaque era positivo, dava-se ao “preto”, seja como inteligente excepcional ou professor, mas somente no masculino. Como se estes homens pretos não tivessem mães, irmãs ou esposas, que os inseriram na carreira e, mesmo quando estas exerciam o magistério, quase nunca eram citadas proporcionalmente, como foi vítima de silenciamento narrativo da imprensa uma das nossas investigadas, Edith Carteador. A citação do seu irmão na imprensa em paralelo a sua atuação é ínfima.<sup>3</sup>

Seria então o silêncio sobre a cor das professoras uma permanência republicana da clássica explicação de Hebe Mattos que diz que até meados do século XIX, um dos mais importantes atributos para definir um sujeito era o uso da sua “cor”? (Mattos, 2013, p. 107). Destarte, identificar professoras de cor entre as demais, exigiram rigores metodológicos que lidaram com vestígios, pistas e indícios aos modos de Ginzburg (2017). Encontraram-se, assim, Claudemira e Edith em fontes esparsas e em meio a outras pretas sem protagonismo. Analisando as trajetórias da *população de cor*, optamos pela expressão do século XIX para pretas e pardas e partimos em dois espaços em análise, Salvador e Ilhéus. Estas duas experiências são indícios das lacunas que tantas outras atuações poderiam ser mapeadas e nelas demarcar a presença constante de mulheres negras na História da Educação. Partindo de Ilhéus a Salvador, elucidada-se a proposta deste texto: uma investigação sobre professoras negras nas extensas listas nominiais que silenciavam a identidade da população negra. No entanto, dado

---

<sup>3</sup> Dados obtidos na transcrição e seriação de fontes na imprensa resultantes do projeto de Pesquisa “História da Educação, Racialização e Trabalho no pós-abolição no sul da Bahia: dos Soares Lopes às narrativas para sala de aula” Diretório do CNPQ: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5042673398862218>

o vasto campo de pesquisa em História da Educação, destaca-se aqui que o recorte investigativo é sobre professoras de cor entre o Império e a Primeira República.

Deste modo, no debate sobre professoras negras, não caberão aqui discussões sobre a natureza de instituições, ações pedagógicas, cultura escolar ou métodos de ensino, pois não são o escopo deste texto. Por sua vez interessa-nos discutir como na intersecção entre a História Social da Escravidão e Pós-abolição e a História da Educação, mulheres de cor atuaram na Bahia. Desta questão problema decorreram categorias como intelectualidade, sociabilidades, escravidão, liberdade e mobilidade social das populações negras através da escolarização na atuação docente. A primeira das personagens cara a esta problemática é a professora Edith Carteado Monteiro Lopes.

### **Edith Carteado: dando nome a uma professora intelectual**

Contemporâneas a ela, também moradora de Salvador, Edith Carteado estudara Letras e Música. Seu pai era um dos sócios da SPD, Donato Carteado. Edith, após formar-se, decidiu migrar de Salvador onde vivia com a família para Ilhéus e fundou um colégio particular em 1913 e, nove anos depois, foi cofundadora de uma escola para menores desvalidos, em 1922, em Ilhéus.

Mesmo com a deliberada intenção de não citar a cor das mulheres pretas creditando-lhes condições de acesso ao mundo letrado, sem dar-lhes reconhecimento de capacidades, protagonismos e mobilidades, elas são encontradas na imprensa baiana entre o século XIX e a Primeira República. O modelo europeu de intelectual e de professor traduz-se numa narrativa colonizada masculina respectivamente como homem, branco e numa instituição no alvorecer do século XX a receber órfãos desvalidas a fim de lhes dar educação, instituição filantrópica criada pela professora negra. Tanto Edith quanto as demais professoras foram citadas sem nenhuma referência a cor de sua pele, sem o crédito de ter subvertido a lógica racializada das relações, e figuram como mais um nome nas extensas listas das que exerciam o magistério do professorado na escola pública, algo não tão elementar para todo cidadão brasileiro, como dizia a Constituição de 1824, na vigência da monarquia imperial, não para professoras negras.

### **Pelos fios do nome até a identificação de mais Marias**

Edith Carteado serve como fio condutor de outros nomes rastreados nos comunicados, relatórios e, sobretudo, nas notas da imprensa baiana sobre educação. Utilizaram-se como descritores na Hemeroteca os termos de busca “professores/as, negras/os, Bahia” e dentre as muitas notas foram selecionadas as fontes em que é possível identificar racialmente em descrições ou fotografias.

Tal recorte nos permitiu evitar afirmações equivocadas da categoria de professora negra sem comprovação. O passo seguinte foi proceder às transcrições e recorrer ao Método Indiciário pelo fio do nome (Ginzburg, 1989), reunindo espaços de formação, consanguinidades, óbitos, casamentos, parentescos, idade, condição civil, nomeações de cadeiras, mudanças de cidade e quaisquer situações em que seus nomes fossem citados, originando uma presumida rede de relações. Possuíam, às vezes, mais de uma profissão/atuação ou formação e circulavam entre a capital e o interior da província e ao

longo de suas trajetórias chegamos a identificar em uma família quatro gerações de professores pretos como os Soares Lopes: Maximiano, Caetano, João e Maria da Conceição (Santos, 2023). Edith foi professora de Conceição Lopes, cujo pai, Dr. Soares Lopes, era convidado do Colégio Carteadado para bancas de exame de admissão, discursos em festas cívicas, além de na esfera pessoal, compadres e comadres por batismo de seus filhos.

Edith Carteadado Monteiro Lopes foi um destes casos. Rastreei sua família em Salvador desde 1860 e depois em Ilhéus até a década de 1950 do século XX. Edith era filha de Amância e Donato, casal de pretos livres, casados formalmente e possuidores de um capital cultural que incidiu na trajetória de Edith como intelectual. Donato Carteadado era sócio da SPD e de outras agremiações,<sup>4</sup> como o representante da comissão do Partido Operário na Freguesia de Santo Antônio, e seu irmão José Gonçalves Carteadado, secretário do Gabinete Português de leitura.<sup>5</sup> Além desta ambiência familiar, onde os homens recebiam destaque, Edith formou-se em música e integrou um grupo musical Filhas de Cecília, cujas aulas ocorriam no centro do Movimento Operário tendo com um dos examinadores Manoel Querino em 1912<sup>6</sup>. No ano seguinte, seu irmão Enoch Carteadado concluiu medicina na FAMEB e foram todos para Ilhéus onde exerceriam a docência.

Bacharela em Letras, professora e proprietária do Colégio Carteadado em Ilhéus, cofundadora de uma escola para menores pobres em 1922, exímia oradora, professora de música que falava alemão fluentemente. A trajetória de Edith Carteadado correu o risco de ficar à margem mediante o excesso de citações dos nomes dos homens da sua família. Na coluna social, no entanto, seu nome era frequente.

Seu pai, o Major Donato, faleceu em Ilhéus e foi aclamado. Seu irmão, Enoch, era médico, professor e Delegado Escolar. Seu casamento foi bastante noticiado, identificando-a socialmente como a bacharela senhorinha Edith Carteadado, inteligente preceptora de nossa infância com o conceituado médico Monteiro Lopes Sobrinho em 1925<sup>7</sup>. Monteiro Lopes Sobrinho provinha de uma família de pretos intelectuais, professores e advogados, era sobrinho e homônimo de Monteiro Lopes, o primeiro deputado negro e que foi motivo de debates, críticas e excessiva citação na imprensa nacional. A conexão entre famílias é algo relevante. Ao casar-se com Edith Carteadado, irmã do médico Enoch Carteadado, em Ilhéus, Monteiro Lopes Sobrinho unia-se a uma das duas únicas famílias que no afamado município cacauero compunham uma elite negra intelectual marcada por similitudes entre a medicina, docência e a cor da pele retinta. Neste ínterim mapeamos três famílias negras, escolarizadas, intelectuais e com prestígio ascendente na sociedade local: Soares Lopes, Carteadado e Monteiro Lopes. Em meio a estas histórias masculinas, numa sociedade de coronéis do cacau e suas famílias europeias em Ilhéus, Edith conseguiu construir uma carreira no magistério dirigindo um colégio particular de renome, organizando festas cívicas, construindo alianças com outras mulheres pretas como Conceição Soares Lopes e sua mãe Laura Lopes, com quem dividia o gosto pelo piano e eram comadres pelo batismo de filho. Ambas eram oriundas de Salvador e foram para Ilhéus no período em que o cacau demandava profissionais da capital para o sul em expansão.

---

<sup>4</sup> HDBN, Pequeno Jornal (BA) - 1890 a 1893, ed.0280, p.02

<sup>5</sup> HDBN, O Monitor (BA) - 1876 a 1881, 1881, ed.07, pag.01

<sup>6</sup> HDBN, Gazeta de Notícias : Sociedade Anonyma (BA) - 1912 a 1914, 1912, ed. 69, p

<sup>7</sup> CEDOC, Enlace Carteadado e Monteiro Lopes, Correio de Ilhéus n30/03/1925

O grupo social, religioso, político e educacional era interseccionado, e conforme veiculado na imprensa, davam conta de festas da elite “no palacete de Pêsoa, foi-nos dado a registrar a presença de [...] Edith Carteado, Hortência Pinto, Conceição Lopes [...]”<sup>8</sup>

Na imprensa, seus discursos eram elogiados, mas não transcritos como os dos homens, nas suas festas escolares, exames e eventos convidava nomes como Dr. Soares Lopes, seu compadre, médico e Delegado de Higiene, Júlio Brito, o juiz local, ambos pretos, formados em Salvador como ela e usufruindo ali, nas décadas de 1910 a 1930, do prestígio de ser um escol de intelectuais na educação, imprensa, festas cívicas, religiosas. Acontecia, como verdadeira solenidade, as festas do encerramento do ano letivo, do Colégio Carteado, dirigido pela distinta bacharela Edith Carteado (...) A noite na sede do colégio incluía torneio littero musical, paraninfado pelos drs. Julio de Brito, Soares Lopes e Astor Pessoa. Depois de lidas “as aprovações distribuidos os premios, usou da palavra o dr. Soares Lopes, em um bello improviso, saudou a directora, pelo brilhante resultado alcançado pelos seus alumnos (...)”<sup>9</sup>

O brilhantismo de Edith e as parcerias com outras professoras pretas não recebem o destaque que deram aos homens pretos, pensando racialmente. Importante destacar que neste período, a presença da primeira médica negra também formada na Bahia, Maria Odília Teixeira, na cidade, que assim como Edith estudara em Salvador e mudara-se para Ilhéus, aproximou-se da família Carteado na criação do CCD - Centro de Cultura Democrática.<sup>10</sup> Só neste fio, engendramos três mulheres poderosas: Odília, Edith e Conceição Lopes. Podemos então, identificar um grupo de mulheres pretas, letradas, formadas em Salvador, nascidas no século XIX e que são grandes nomes na História da Educação de Ilhéus. Em 1928 Edith acompanhou o irmão até o Rio de Janeiro onde este embarcou para Paris para um curso de três meses e de lá protagonizou um episódio de racismo que ocupou as manchetes nacionais naquele ano. Em 1927 Edith teve sua filha Julieta. E mais uma vez, o capital cultural, originava daquele núcleo familiar uma nova professora preta, poetisa, bibliotecária que, em 1953, ganharia destaque na imprensa baiana publicando seus contos<sup>11</sup>.

A proposta foi interrogar a imprensa na tentativa de compreender as professoras negras utilizando prioritariamente a metodologia a partir da busca nominal recorrendo a evidências mínimas, tomando-as como indícios capazes de decifrar a realidade que se mostra opaca. (Ginzburg, 1989, p. 178). Partindo dos nomes foi possível conjugar documentos, como os escritos oficiais, mas, também, de maneira mais ampla, como os escritos privados, como os literários, epistolares, documentos artísticos, iconográficos, orais, entre outros (Le Goff, 1990). A questão da cor exigiu análise de fotografias e imagens. Para esta operação historiográfica chamamos de o ‘fio do nome’, assim como o ‘paradigma indiciário’, ferramentas perante fontes bastante heterogêneas. Parte delas foi catalogada na pesquisa do doutorado no APEB e BPEBA, CEDOC, GRUPPHED e o trato com a Hemeroteca Digital da FBN. O acervo é composto por fotografias, relatos de memorialistas e Relatórios e Falas do Presidente da Província como tentativa de apreender quais brechas, via educação/escolarização, inseriam-se tais sujeitos para a conquista da mobilidade e ascensão

---

<sup>8</sup> CEDOC, Ilhéus social: boas festas. Correio de Ilhéus, nº 76, p.2, 24/12/1921.

<sup>9</sup> CEDOC, COLLEGIO CARTEADO. Correio de Ilhéus, Ilhéus, nº226, p.2.02/12/1922.

<sup>10</sup> BPEB. Diário da Tarde, 13/8/1928, ano I, n. 146, p. 1.

<sup>11</sup> HDBN, Unica: quinzenário illustrado : mundanismo, esportes, cinema, actualidades (BA) - 1925 a 1953.

social em tempos de escravidão em que o diferencial de exclusão ou inclusão era a categoria “de cor”. Isto em suas trajetórias em frentes diversas (profissionais, políticas, docentes).

Fonseca (2007) declara a dificuldade de pesquisadores/as em estabelecer relação entre educação e negros/as. Portanto, observa-se na historiografia mais geral e da educação, em particular, que ao contrário de algumas interpretações ainda vigentes, não é possível afirmar que negros eram proibidos nas escolas do século XIX. Isto dá brechas para pensar que essas meninas poderiam ser as futuras professoras pretas.

Ainda nas referências sobre a Bahia, é basilar a pesquisa de Sousa (2006) sobre as experiências de escolarização de pobres na Bahia de 1870 a 1890, principalmente nas duas últimas décadas do Império, como um período de novas demandas da sociedade em relação à preparação da futura mão de obra, principalmente a pobre e de cor, através da escolarização. E uma categoria teórica que atravessa nossa análise é a percepção destes professores como intelectuais marcados por redes de sociabilidades, através das experiências, espaços e tempos vividos por estes sujeitos, que pode nos revelar sobre as atividades e comportamentos destes intelectuais (Sirinelli, 2003).

As professoras negras aqui mapeadas, portanto, (Sirinelli, 2003, p. 242), encontram-se nesta categoria, pois sua concepção de intelectual apresenta duas definições: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”. Além de Edith Carteado, professora contemporânea a ela em Ilhéus se enquadram nesta ideia de Sirinelli (2003), ou seja, no tripé itinerário, rede de sociabilidade e geração intelectual. E diferentes gerações de mulheres intelectuais são protagonistas de trajetórias que, além de enegrecer o currículo, podem descortinar uma disputa narrativa decolonial.

**Quadro 01.** Relação das mães negras com filhos/a doutores/as ou professores/as em Ilhéus nascidas no período escravista

1ª geração : mães	2ª gerações filhos/as	
Guilhermina Maria do Sacramento Lopes	João Baptista Soares Lopes	1873
Laura Ferreira Lopes	Maria da Conceição Soares Lopes Philogônio Lopes Antônio Soares Lopes	1905
Adalgisa Umbelina de Almeida Santos	Milton Santos	1926
Amância Lourdes Carteado	Enoch Carteado e Edith Carteado	1890
Edith Carteado Monteiro Lopes	Julieta Carteado Monteiro Lopes	1927
Luciana de Almeida	Manoel da Motta Monteiro Lopes Sobrinho	1890
Josephina Luiza Palma	Odília Teixeira Lavigne	1884

**Fonte:** Dados do projeto de pesquisa - “História da Educação, Racialização e Trabalho no pós abolição no sul da Bahia: dos Soares Lopes às narrativas para sala de aula”. Disponível em: [https://uescproic.com/storage/1st\\_work\\_plans/1/fae65cd3-08d6-4651-bd07-a78a46265f83.pdf](https://uescproic.com/storage/1st_work_plans/1/fae65cd3-08d6-4651-bd07-a78a46265f83.pdf). Acesso em 13 de jan.2024

Os resultados significativos apontam que na História da Educação é possível emergir a atuação de professoras negras e vencer “os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento” (Thompson, 1981, p. 185). E os resultados do mapeamento de fontes e identificação de professores/as intelectuais negros/as que atuaram na Educação. O recorte temporal longo, meados do século XIX ao XX, explica-se pela especificidade do

entrecruzamento entre categorias étnico-raciais e a docência. A pesquisa nos impressos, jornais, Relatórios de Trabalho do Governo da Província da Bahia e escritos memorialistas nos permitiu mapear professoras negras que, embora atuantes, ainda carecem de escrutínio na História da Educação da Bahia entre o Império e primeira República, de forma a compreender as similaridades e as diferenças entre suas experiências e trajetórias.

Ademais, os critérios raciais da pesquisa só podem ser atribuídos a identificações sobre a cor dos docentes, - como recorte complexo e marcado por heterogeneidades, em imagens, descrições biográficas, denúncias ou notas de jornais. As professoras são analisadas pela cor e somente pelo acesso a fotografias para identificação dos marcadores étnicos como o fenótipo, traços e cabelos. O recorte racial e a docência na República podem problematizar suas atuações, trajetórias e redes de sociabilidades em diferentes espaços de ensino, no interior e na capital, desvelando alianças e proteção de longa data em pistas como atas e mapas escolares, em que seus nomes estavam assinados conjuntamente ou constavam nas listas de formandos, no mesmo ano, ou turma da Escola Normal. Muitos afluíram para o sul da Bahia cacauzeira devido a demanda por profissionais.

### **Nos rastros de Edith: Claudemira, Tertuliana, Jovina Conceição.**

O ano era 1915. O senhor Martiniano Galo de Magalhães encontrou abandonada na Rua do Saldanha uma menor chamada Maria Estela, de 3 anos de idade. Ele como um bom cidadão, depois de dar-lhe comida, levou-a ao major Cosme de Farias, que depois fê-la recolher ao orfanato da Sagrada Família, a Ladeira do Canto da Cruz.<sup>12</sup> O destino daquela órfã passaria por Claudemira, assim como Edith faria depois, criando uma escola para crianças pobres no século XX. Nascidas na sociedade escravista, tiveram suas trajetórias transformadas pela conquista do diploma na Escola Normal da Bahia, uma vez que eram mulheres não brancas e o exercício da docência como professoras lhes colocavam na contramão da maioria das mulheres pretas. Era uma ascensão social pela educação, mas sem deixar de sofrer pela condição de “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” explica Gonzalez (2020, p. 50).

Entre os silêncios mais persistentes está o do mapeamento das professoras de cor na Bahia, no período imediato ao pós-abolição. Os costumes patriarcais do período, a divisão dos papéis sociais dos sexos, as distinções de classes sociais apagam nomes de professoras de cor. Foi preciso além do método indiciário, cruzar nomes e sobrenomes e, sobretudo, partir de leitura de fotografias ou descrições étnicas para identificá-las. Lucas Ribeiro, ao estudar a *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, afirma que existia um projeto de educação para homens de cor naquele espaço.<sup>13</sup> Mas mesmo neste ambiente de recorte racial, as mulheres pretas sofriam mais uma exclusão, a do sexo. Em 18 de abril de 1883, por exemplo, a professora Maria Silveria da Silva, habilitada pelo Externato Normal da Província da Bahia, solicitou às lideranças da SPD, a autorização para estabelecer, na sede da associação, que era na Rua do Bispo, um curso primário e secundário direcionado às filhas de sócios que fossem

---

<sup>12</sup> HDBN, A Notícia: Nosso Programma - nossa rota, nosso escopo - (BA) - 1914 a 1915, 1914, ed. 20, p.1

<sup>13</sup> CAMPOS, Lucas Ribeiro. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

órfãs, com o objetivo de proporcionar a elas o acesso “a educação precisa para no futuro poder ser boa mãe e, portanto, boa cidadã”. O pedido foi adiado, por ser um assunto delicado, mas acabou sendo ignorado.<sup>14</sup> Tal fato deve-se, portanto, ao fato dela ser mulher e preta, posto que a SPD dava oportunidades ao homem preto.

**Figura 01.** Professoras de cor da Bahia – Capital e Interior: Tertuliana, Jovina, Edith e Claudemira



**Fonte:** Dados do projeto de pesquisa - “História da Educação, Racialização e Trabalho no pós-abolição no sul da Bahia: dos Soares Lopes às narrativas para sala de aula”. Disponível em: [https://uescproic.com/storage/1st\\_work\\_plans/1/fae65cd3-08d6-4651-bd07-a78a46265f83.pdf](https://uescproic.com/storage/1st_work_plans/1/fae65cd3-08d6-4651-bd07-a78a46265f83.pdf). Acesso em 13 de jun.2022

As professoras negras, em suas fotografias, dão indícios de que buscaram se enquadrar aos padrões hegemônicos europeus, na dimensão estética, nas suas vestes e penteados. A primeira delas, Tertuliana. No Grupo Escolar Rio Branco, era a única pessoa fenotipicamente negra, além do professor Cincinato, no quadro de docentes da instituição, foi a professora adjunta Tertuliana Gonçalves Diogo. A única razão pela qual a identificamos numa instituição tão famosa quanto o professor negro, foi por meio de uma fotografia numa reportagem destacando a atuação do professor<sup>15</sup>. Jovina Moreira de Sena também foi reconhecida fenotipicamente pois sua foto, na greve de professores, nos permite ler sua identificação racial. Dedicada ao ensino primário na escola do sexo feminino de Castro Neves, em uma carta ao jornal *A Tarde*, afirmava sobre a greve dos professores e declarou-se “solidaria com o meu distinto collega, toda a classe e dirijo-me às minhas distintas collegas para que não abandonem a ocasião que Deus nos proporcionou de libertamo-nos da tirania que nos opprime.”<sup>16</sup>

Claudemira Dias Pitta estudou na Escola Normal e depois concursou-se como professora pública, dando aulas no interior da Bahia. Em 1907 fundou, em Salvador, o Orfanato Sagrada Família, dedicado às meninas pobres. Neste mosaico fotográfico de professoras, remetemo-nos ao modo como Müller (2008) utilizou imagens fotográficas de professores e alunos para demonstrar que apesar de os documentos oficiais não registrarem a cor, havia sim uma parcela significativa de alunos e professores negros nas escolas. Claudemira e Edith tiveram ações próximas no que tange à infância desvalida. Em Salvador,

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS (BA). Instrução Pública. Uma Escola Digna de Nota: Grupo Escolar Rio Branco. Bahia – Sabbado, 27 de Setembro de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (online) da Biblioteca Nacional.

<sup>16</sup> BPBA, *Diário da Bahia*, 15 de fevereiro de 1918, p. 2.

em 1914, o jornal *A Notícia*, numa reportagem intitulada “Proteção às crianças pobres”, descrevia o Orfanato da Sagrada Família, tendo como subtítulo da manchete que as criancinhas passavam fome, dormiam no chão duro. A reportagem foi seguida de uma fotografia da professora Claudemira acompanhada das alunas do orfanato. A leitura da imagem já nos permitiria traçar um componente racial bastante acentuado, uma vez que as crianças, todas meninas, são de maioria preta. O repórter do *A Notícia* queria mesmo era impressionar os leitores. Segundo ele, era um lindo gesto de Caridade praticado despreziosamente, com carinho e dedicação, pela professora “quase anciã e trazia debaixo da sua proteção às custas da sua iniciativa do seu esforço um bando de criancinhas órfãos é na Ladeira do Canto da Cruz. 81”.<sup>17</sup>

Segundo o jornalista, pouca gente na Bahia sabia da existência do orfanato da Sagrada Família, que havia sido criado em quatro de outubro de 1907 pela professora jubilada Claudemira, que era também a atual diretora. E então o texto comove aos leitores mais diversos, dizendo que o orfanato não tinha patrimônio e vivia às custas de “sacrifícios diários dessa mulher com o auxílio de pessoas caridosas que davam pequenas esmolas”.<sup>18</sup> A sede do orfanato era um casarão antigo de 1867 que Claudemira pagava com seu próprio ordenado de \$8400 cruzeiros e, ao entrar na casa, percebia-se logo à porta a humildade dos que habitavam ali e a escassez de tudo, exceto de bondade do amor. Empolgado, o articulista narrou a ida ao orfanato dizendo que foi recebido de modo alegre pela professora que contou como vivia ali com o seu rebanho. E abriu aspas para a fala dela que afirmara “ aqui já é do que para mais de 200 crianças hoje tenho sob a minha proteção , 33 entre 4 e 13 anos, sabe Deus como a sustento”<sup>19</sup>. E o jornalista transcreveu o desabafo de Claudemira, segundo a qual, as crianças já levaram 2 meses sem escrever porque ela não tinha dinheiro para comprar papel, mas que felizmente alguns dias, um empregado do Instituto Vacinogênico deu cotas de papel de ofício.<sup>20</sup> Em outra ocasião uma nota no jornal anunciava que seguiram no sábado para Tambury a senhora dona Claudemira Dias Pitta, Diretora do Orfanato da Sagrada Família, levando consigo 12 asiladas daquele estabelecimento.<sup>21</sup> O que fariam no interior do Estado? As fontes não nos permitem ir além. Mas as semelhanças com Maria Lina sim.

A partir das narrativas construídas nos jornais analisados indicia que muitas delas sequer foram citadas na historiografia da Educação. No período imediato ao pós-abolição e o advento de discursos fundadores da República, da Modernização e do Higienismo, exigia um esforço das populações negras para, em meio aos discursos de eugenia, conquistar a respeitabilidade, sendo mulheres “de cor” do início do século XX.

## **Provocações finais**

Quanto ao apagamento das professoras no currículo escolar, vê-se que ele é parte do racismo, nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzales,1984 p. 224). Ler as imagens em que docentes negros/as aparecem exigem do pesquisador o domínio das noções de estereótipos e

---

<sup>17</sup> HDBN, *A Notícia*, 1914, p.01

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> HDBN, *A Notícia: Nosso Programma - nossa rota, nosso escopo* (BA) - 1914 a 1915,27 de novembro

<sup>21</sup> HDBN, *A Notícia: Nosso Programma - nossa rota, nosso escopo* (BA) - 1914 a 1915,1914, ed. 20, p. 1.

fenótipos para a leitura discursiva da imagem tanto quanto a das representações implícitas nos impressos. Nisto reside em meio a muitas imagens em preto e branco, com qualidades e distorções próprias à impressão ou ao tempo em que foram produzidas, atravessar a barreira da cor. Como distinguir/presumir quem seriam os não-brancos em meio a um universo de fontes em que a maioria das pessoas com acesso a obtenção monetária do registro eram brancas?

Mas, a grande atuação de professoras negras neste processo foi invisibilizada na maior parte dos registros e fontes existentes. Ao propormos uma análise da trajetória de professoras negras no magistério, torna-se de fundamental importância apontar que nos resultados parciais há menor número de mulheres negras abordadas na História da Educação, no mesmo período e fontes, ou pelo menos nos registros fotográficos de homenagens, registros ou destaques na imprensa. As mulheres, como minoria expressiva, dificilmente poderiam ser vistas como intelectuais. Para ser intelectual não branco, era preciso ser homem e ser marcado por uma excepcionalidade que revelaria como raras exceções poderiam ser notáveis.<sup>22</sup> Isto permite-nos pensar nos pressupostos da interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe que as atravessavam, por serem negras e mulheres e professoras. Edith e tantas outras, tanto na capital quanto no sul da Bahia, tiveram neste texto um maior destaque narrativo que refletiu na questão da feminização não-branca do magistério.

Ser professora de cor era possuir um biotipo que estava consignado à negra uma condição de inferioridade. E para além desta condição, a de ser mulher preta somava-se às outras opressões interseccionais. Analisou-se, ademais, que as fontes sobre ela são falas de jornais, memorialistas, fotógrafos e relatórios administrativos escritos por homens e brancos em sua maioria, nos quais tentamos apreender as opressões e mesmo assim, suas vozes podem ser ouvidas e seus nomes inscritos na História da Educação da Bahia.

## Referências

CAMPOS, Lucas Ribeiro. **Sociedade Protetora dos Desvalidos**: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 56-104.

FONSECA, Marcos Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)**, v. 1, nº 13, p. 11-50, 2007.

FONSECA, Marcos Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

---

<sup>22</sup> SANTOS, C.B. da S. Do sertão ao Sul baiano: sociabilidade, circularidade e atuação do intelectual negro Deoclecio Silva (1889-1927). *Rev. Bras. Hist. Educ.*, 22, e216, 2022.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. São Paulo, p. 223-244. 1984.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2007. p. 443-481.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, (Brasil, século XIX). 3. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia**. Ilhéus, BA: Editus, 2019.
- SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Do sertão ao Sul baiano: sociabilidade, circularidade e atuação do intelectual negro Deoclecio Silva (1889-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, 22, e216, 2022.
- SANTOS, Cristiane Batista da Silva. “Uma Rainha Negra entre os súditos brancos”: trajetória da intelectual negra Conceição Soares Lopes na História da Educação de Ilhéus. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-23, 2023.
- SILVA, Adriana Maria Paulo. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília. Editora Plano, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-270.
- SOUSA, I. **Escolas ao Povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. Tese de Doutorado. PUC -São Paulo, 2006.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.